

Os desafios enfrentados pelos pais, professores e alunos que precisam do Atendimento Educacional Especializado.

Maria Helena do Nascimento Diniz ¹

Maria Janete de Brito Amâncio²

Maria Rosalina do Nascimento Diniz Nóbrega³

RESUMO

Este trabalho teve como proposta analisar os desafios enfrentados pelos pais, professores e alunos com Necessidades Educacionais Especiais e tem como objetivo geral conscientizar a sociedade, no sentido de conhecer os entraves no processo de ensino-aprendizagem dos discentes na educação inclusiva. Nesta perspectiva, cabe ressaltar a importância de se ter um plano de aula nos espaços educacionais baseado nas peculiaridades de cada criança e jovem com dificuldades de aprendizagem ou em função de deficiências, com o intuito de ofertar um processo estudantil prazeroso. Como também frisar, a desvalorização dos professores no dia-a-dia, com baixos salários e carga horária exaustiva, privando-o da vida social. Para o desenvolvimento dos objetivos utilizou a pesquisa bibliográfica, fazendo uma revisão da literatura sobre o tema por meio de livros, artigos científicos, revistas e materiais eletrônicos.

Palavras-chave: Professores. Discentes. Educação Inclusiva. Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em abordar os desafios enfrentados pelos pais, professores e alunos no âmbito da educação inclusiva, enfatizando o cotidiano da família, dos educandos e educadores, buscando melhor orientação e esclarecimentos sobre o processo de ensino-aprendizagem da criança com Necessidades Educacionais Especiais, atrelado as condições neurodivergentes os quais incluem: o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Dislexia, o TDAH e os que possui dificuldades de aprendizagem, estes necessitam de um Atendimento

¹ Graduada em Serviço Social, pela Faculdade Internacional da Paraíba (FPB) (2017). mhndiniz@hotmail.com. Professora polivalente com técnico em Magistério. (2010). Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Anísio Teixeira (2023).

² Graduada em Serviço Social, pela Faculdade Internacional da Paraíba (FPB) (2017). janetebrito@live.com. Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Anísio Teixeira (2023).

³ Licenciada em Matemática pela Faculdade Unavida (2018). Professora polivalente com técnico em Magistério (2002). gabrieldiniz0201@gmail.com. Especialista em Ensino da Matemática pela Faculdade Anísio Teixeira (2023).

Educacional Especializado, de modo que, melhore os resultados escolares e promova o acesso a uma educação de qualidade, sem preconceito e segregação, assegurando a igualdade de oportunidades, caminho importante para lidar com as diversidades, principalmente para que ocorra a inclusão nas escolas de ensino regular.

Com isso, os profissionais necessitam de formação para desempenhar um bom trabalho, com o apoio da família, afinal de contas, estes são a base da inclusão educacional, pois contribui para uma prática menos excludente. O problema é que existe a negação dos próprios pais em identificar os sinais de algumas dificuldades demonstradas pelas crianças na inicialização da vida acadêmica e social, isso, acarreta o diagnóstico tardio e muitas vezes prejudica o desenvolvimento intelectual e social das crianças ou jovens.

Cabe ressaltar que o interesse por esse tema iniciou-se após ter ciência do aumento de alunos com deficiência no ambiente escolar e também por se tratar de um assunto que requer mais atenção, haja vista que há desafios na acessibilidade na perspectiva da educação inclusiva, além de tratar-se de um tema que tem relação direta com os profissionais que compõe a educação, em especial, os professores que lidam diariamente com essas crianças e jovens acometidos de algum tipo de deficiência, bem como compreender quais os principais desafios enfrentados por docentes e discentes no cotidiano escolar.

Justamente por isso, o objetivo geral da presente pesquisa é averiguar os desafios enfrentados pelos pais, professores e alunos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado. Como objetivos específicos, procuraremos analisar a inclusão dos alunos neurodivergentes no processo educativo, como também verificar as leis que fundamentam o acesso à escolarização dos alunos público-alvo da educação especial. Ademais, ressaltar a visão dos pais frente ao diagnóstico dos filhos, além de tudo conhecer a importância de ressignificar o professor na rede de ensino diante dos discentes com Necessidades Educacionais Especiais.

Deste modo, o caminho metodológico percorrido para realização do artigo, foi pautada na pesquisa exploratória com abordagem bibliográfica, como instrumento orientador para dar subsídios na materialização deste trabalho, do qual foi possível entender o assunto por utilizar enfoque explicativo dos principais autores que discorrem sobre o tema. Conforme Lakatos (2003, p. 183): pesquisa bibliográfica, [...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde as publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, [...]

Nesse sentido, para realização dessa pesquisa partimos dos seguintes questionamentos: Quais são os principais desafios enfrentados pelos pais, professores e alunos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado? Como se dá a inclusão dos alunos neurodivergentes

no processo educativo? Quais são as principais leis que fundamentam o acesso à escolarização dos alunos público-alvo da educação especial? Qual a visão dos pais frente ao diagnóstico dos filhos? Qual a importância do professor na rede de ensino diante dos discentes com Necessidades Educacionais Especiais?

Educação Inclusiva

Entende-se que “a educação inclusiva é uma modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como um processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. (FERREIRA, 2022, p. 3)

Para atingirmos a clareza dos desafios enfrentados pelos alunos com deficiência, principalmente no contexto escolar, necessitamos partir da gênese da definição pessoa com deficiência.

Com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência apud (MORAGAS, 2022, p. 1) afirma que:

Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Diante do que foi explicitado, é necessário fazer uma ressalva que a educação inclusiva tem como base o princípio da igualdade, ou seja, busca-se a eliminação de qualquer forma de preconceito contra o PCD (Pessoa com Deficiência) no âmbito escolar propondo a igualdade nas possibilidades de escolarização, respeitando em termos de condição física, cor, raça, etnia, contemplando a diversidade que existem na sociedade.

Por isso, é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, sem exceção, principalmente no que o tange direito ao ambiente escolar, justamente para incluir os estudantes com algum tipo de deficiência, em escolas regulares.

Tendo o aparato da meta quatro, do Plano Nacional de Educação por meio da lei de nº 13.005/2014, o qual garante “o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado, deve ser universal para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 2014, p. 5)

Como também, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 27, p. 19, o qual assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida.

Além da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, através da lei 12.764/2012, artigo 3º, inciso IV, alínea a que estabelece o direito da pessoa com deficiência o acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

A visão dos pais frente ao diagnóstico.

Quando a família recebe o diagnóstico, precisa ser orientada em relação às medidas que devem ser utilizadas para contribuir na aprendizagem da criança com TDAH, até porque, causa um sofrimento frente a essa realidade, no qual gera um desconforto, tristeza, simplesmente por achar que o (a) filho (a) venha ser um sujeito limitado, em que não pode evoluir, aprender, obter um emprego. Os pais acabam ficando desanimados, com sentimento de culpa, tendo um rompimento de expectativas e se veem impotentes quando ao perceberem que o idealizado para o filho poderá não ser concretizado.

Antes do nascimento, a mulher grávida escuta vários mitos impostos pela sociedade. Entre eles, o mais comumente, é que precisa satisfazer as suas vontades durante a gestação, caso contrário vai nascer com a cara do objeto desejado.

O bebê muito antes de nascer, já sofre o preconceito, a mãe sente na pele a exclusão por conta do estereótipo do filho (a) antes mesmo de dar à luz, percebe que a espera da criança com deficiência estar suscetível a exclusão do convívio social, na ótica, que o diferente é ruim.

Percebe-se que a família vivencia um luto após diagnóstico da criança, causando um impacto e ocasiona um abalo emocional, faz emergir diversos sentimentos, medos, incertezas e preocupações. Nesse sentido, os familiares precisam ser assistidos também, já que isso afeta o emocional de todos os membros. Geralmente, esses sentimentos acontecem porque há uma expectativa, os pais, projetam seus sonhos, o que pode provocar na família um certo temor no que se refere ao futuro dos filhos. Muitos passam pelo processo da negação, buscam outros profissionais, preferem negar a existência da deficiência.

A uniformização terminológica de cada deficiência expressa as prioridades exigidas para cada uma delas tais como: as deficiências decorrentes de problemas neurológicos identificados em condutas comportamentais como síndromes e também aquelas relacionadas ao desenvolvimento do cérebro, como o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), não

considerada uma doença propriamente dita, mas que necessita de muita atenção pelos diferentes tipos, seja por um grau leve, moderado ou um mais severo.

Pode-se, então, destacar que além do Transtorno do Espectro Autismo (TEA), também existe o distúrbio de aprendizagem, o qual:

refere-se a indivíduos que apresentam distúrbios em um ou mais dos processos psicológicos, sendo os distúrbios de déficit de atenção (DDA) são também conhecidos como DHDA - distúrbios de hiperatividade com déficit de atenção, ou ainda como transtornos de hiperatividade e déficit de atenção (THDA). (CARDOSO, 2002, p. 12)

Com isso, as crianças que possuem o diagnóstico precisam ser atendidas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e demandam de um atendimento pedagógico individual nas escolas. É preciso entender que não é papel dos professores realizar o diagnóstico, cabe aos profissionais de saúde efetuar o tratamento adequado.

Segundo (CORRÊA, 2002, p.1): diversos profissionais ligados à saúde e educação mantém contato com a família e a criança com deficiência, onde oferece orientações quanto aos cuidados necessários. A exemplo, da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, por meio da Portaria nº 1.060, de 5 de junho de 2022, no qual assegura a inclusão das pessoas com deficiência aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) [...]"

Em contrapartida, o professor, tem um papel central, porque ele vai buscar auxiliar o estudante com necessidades educacionais, para que o educando desenvolva intelectualmente. É imprescindível entender, antes de tudo, a necessidade do acompanhamento por outros profissionais, uma vez que dentro de suas áreas de atuação, poderá dar um suporte familiar.

A rede de ensino e a criança com Necessidades Educacionais Especiais.

Nota-se que as escolas ainda estão despreparadas para dar um suporte a esses alunos, isso inclui também, a parte estrutural onde sequer, há condições de garantir a acessibilidade nos espaços educacionais, a exemplo, da falta de rampa, corrimão, entre outras sinalizações que subsidiem na orientação das pessoas com deficiência na hora de identificar barreiras e obstáculos que impeça o seu trajeto. Segundo (GOMES, 2023, p. 2) diante do aumento da demanda, as escolas expõem que não tem como auxiliar os estudantes com deficiência, porque não há estrutura e profissionais.

Além disso, há profissionais sem a mínima experiência ou até mesmo capacitação para saber lidar com crianças que tenha algum tipo de deficiência.

Por outro lado, a omissão dos gestores escolares atrapalha, por não estar preparados em acolher esse público com a finalidade de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, pois muitos não estão prontos a lidar com esse novo público no ambiente escolar. É preciso que a escola respeite a diversidade, se adapte ao aluno e não que o aluno se adeque a escola, com vista promover uma educação inclusiva.

O acesso das crianças com necessidades especiais em escolas regulares ainda é considerado como um dos maiores desafios para educação inclusiva, pois em alguns casos o mau desempenho escolar, é atribuído aos alunos, e as escolas acabam muitas vezes se eximindo da culpa.

Alguns autores, em especial, Prieto (2005, p. 99-100), reconhecem que pode esta população estar na escola e, mesmo assim não fazer parte dela, tendo a possibilidade de continuar marginalizada só que atrás dos muros da instituição escolar.

Assim, para que ocorra a inclusão escolar, não basta estar inserido em sala de aula, a equipe gestora e os profissionais precisam tornar-se acessível e pronta para lidar com a diversidade e ofertar uma educação com acessibilidade, trazemos isto, porque há uma resistência em aceitar alunos com necessidades especiais por parte do sistema educacional, justamente, por estar vinculado a padronização, atrelado a preconceitos, discriminação, as quais acabam sendo barreiras para que acesse o direito à escolarização e a aprendizagem de qualidade, com base no princípio da universalização.

Falar em direito ao público infante-juvenil, por exemplo, nos remete ao ECA, em seu artigo 4º, p.11, que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, [...], à educação, [...]”

A pessoa com deficiência enfrenta desafios no dia a dia, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, de emprego, educação e lazer. Tudo isso mostra que cotidianamente enfrentam barreiras que impedem a locomoção embora saibamos que têm direito e estar previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre as principais barreiras, o preconceito, falta de lugares adaptados mostra que não é cumprida as normas vigentes a respeito das condições adequadas de acessibilidade. Nos últimos anos, as escolas têm promovido a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência na sala de aula, de forma precária.

Por isso, há muito o que se avançar na área da educação, precisa-se da materialização das políticas públicas para esse público. O Anuário Brasileiro da Educação expõe que “o sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para

que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa.” (BRASIL, 2021, p. 50)

No espaço educacional, é importante combater qualquer tipo de exclusão social a pessoa com deficiência e se basear na Constituição Federal, em seu artigo 5º, que: “todos são iguais sem distinção de qualquer natureza, [...], conforme aponta a lei.

Assim, é fundamental, o respeito, para aprender a conviver com as diferenças no ambiente escolar, de forma que garanta a universalização dos direitos educacionais. Neste sentido, as crianças precisam desde a infância ter empatia, compreender a diversidade, reconhecer que todos os indivíduos são únicos e possui particularidades que precisam ser tratadas de forma igualitária sem distinção, principalmente, no que se refere a escolarização da pessoa com deficiência.

Sem dúvida, hoje, é difícil romper, a maneira excludente, que vivencia as crianças com necessidades especiais. Beyer (2006), diz que: “o grande empecilho gerado para criança com necessidades especiais, encontra-se no isolamento frequente que vivencia no ambiente escolar, no contexto familiar ou na vida em sociedade.”

Neste contexto, as crianças apresentam dificuldades no convívio social, isto é, os colegas de sala de aula não colaboram em nenhuma atividade escolar, contudo, é importante eles se sentirem inclusos, mesmo que estejam só observando, principalmente, porque é algo que vai melhorar tanto a aprendizagem quanto ao aspecto socioafetivo.

De acordo com Beyer (2006, p. 12): “Pesquisas têm confirmado que a convivência da criança no seu grupo fortalece sua autoestima e o sentimento de pertença.” Assim, as crianças ficarão motivadas em participar de atividades que até então não participava, em muitos casos, a sentir falta da escola, dos colegas, do professor, dos conteúdos repassados em sala de aula, inclusive, entusiasmados no cotidiano escolar por se sentirem acolhidos.

Nos dias atuais, é desafiador, o professor se manter motivado em meio à falta de empatia dos pais e alunos no dia a dia, em virtude da ausência de princípios éticos de respeito.

A família e a escola

Um ponto importante a ser abordado refere-se ao envolvimento da família no processo educativo, até mesmo para abraçarem a causa, compartilhar os saberes e conhecer o meio em que a criança está inserida a fim de que as atividades propostas na vida escolar estejam aliadas a realidade vivenciada do aluno.

Sobre isso, Souza (2019, p. 1-2) fornece seis dicas para uma boa inclusão escolar, são elas: “conhecimento do aluno em sua totalidade, formação dos profissionais, integração

efetiva entre o professor da sala de recurso multifuncional e os de ensino regular, atendimento na sala de recurso multifuncional, uso da tecnologia dentro da escola e parceria escola e família.”

Em relação à família, há uma não aceitação por parte dos pais em não reconhecer e aceitar a deficiência do filho, resultando em um atraso ao início do tratamento, como também comprometendo o processo de ensino-aprendizagem da criança, dando a entender que o déficit escolar dos filhos se dá, muitas das vezes, pela metodologia adotada pelo professor em sala de aula.

Os pais, passam por fases, que precisam ser amparadas pelo apoio de um profissional que contribua para o enfrentamento das angústias e expectativas, tendo em vista que muitos duvidam do comportamento atípico do filho em sala de aula, justificam que a criança é quieta em casa e não apresenta indícios de ter algum tipo de deficiência. Porém, não se dão conta que é [...] na escola onde se percebe os sintomas do TDAH, visto que é nesse ambiente que a criança necessita estar atenta para realizar suas tarefas e prestar atenção nas explicações da professora e nas leituras que faz, [...] (REIS, 2010, p. 189-190).

Em sala de aula é possível identificar alguns sintomas que passa despercebido pelos pais, até porque é no contexto escolar, diariamente, que os professores percebem que o aluno apresenta dificuldade de prestar atenção, incomoda o colega, não consegue se concentrar nas lições, se distrai com facilidade, não para quieto, como se vivessem no “mundo da lua.”

Nesse contexto é preciso destacar que a família é a primeira e a mais importante instituição de ensino que a criança terá como base para o início de seu desenvolvimento acadêmico e social, os pais serão os educadores que desempenharão a função de ajudar a escola a elaborar o melhor método de ensino e inclusão. A conexão da família com a escola deve ser de aproximação, por conhecer todas as limitações de seus filhos, sejam por diversas especificações de deficiências tais como: físicas, visual, auditivas e transtornos. E assim, diminuir a distância e falta de conhecimento dos profissionais de educação sobre cada uma delas e buscar a ajuda de outros profissionais.

Sendo que a família apresentará a escola como um lugar bom, e assim contribuir com as relações coletivas, mostrando que é possível a integração com outras crianças.

Ressignificando o educador

Diante das realidades das escolas, detecta-se que ainda há inúmeros desafios, no que diz respeito ao atendimento adequado, contudo, os professores precisam buscar estratégias, ser criativos, contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, incluí-los nas atividades escolares, sejam os alunos considerados com limitações e deficiência, proporcionando-lhe assim repensar a metodologia específica de ensino, uma vez que a atividade não pode ser única para todas as crianças com deficiência, pois, cada ser é único, com características peculiares.

Existem crianças que aprendem o conteúdo pelo método da repetição, outros, não conseguem dessa forma, sendo assim, exige uma capacitação dos profissionais envolvidos, objetivando desenvolver metodologias diferentes para abordar o mesmo assunto. É necessário que os professores participem de capacitações, visando identificar o mais rápido possível o motivo do comportamento atípico do educando, a fim de buscar o método mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

Aliás, cabe aqui registrar que é necessário ressignificar não apenas acolher e cuidar do aluno, mas também dos professores, já que em meio à pandemia da COVID-19, passaram por mudanças com uso da tecnologia no processo ensino-aprendizagem, algo bastante novo para os docentes, uma vez que precisaram se reinventar, sair do modelo tradicional, do uso do quadro e giz para o mundo virtual. Tempo marcado por incertezas em relação ao trabalho, com novos moldes de ensino, sem habilidade a plataformas digitais, tendo que se adaptar ao ensino remoto, a nova transmissão do conhecimento para repassar os conteúdos sem a interação face a face.

[...] a Organização Mundial de Saúde (OMS) ainda não decretou o fim da pandemia e, por tudo o que representou para o planeta, seus reflexos continuam presentes em todos os setores da sociedade, incluindo a Educação. [...] a pesquisa Saúde Mental dos Educadores 2022, realizada pela NOVA ESCOLA [...] revela que o número de educadores que consideram sua saúde mental “ruim” ou “muito ruim” aumentou em relação ao ano passado: de 13,7% para 21,5%. Em 2020, esse indicador havia ficado em 30,1%.[...] (LYRA, 2022, p. 2)

Nesse período, os professores buscaram estratégias para prestar um ensino com qualidade, com envio de videoaulas, impressão de atividades para os alunos que não tinham acesso à internet, criação de grupos de WhatsApp para manter contato direto com os pais e responsáveis com intuito de assessorar os discentes, em relação as atividades confeccionadas.

Tudo isso ocasionou um aumento na jornada de trabalho, pois passaram a ter essa interação logo após o expediente escolar.

A jornada de trabalho de um professor não acaba junto ao término do expediente. Preparar materiais, corrigir provas [...] são [...] alguns dos afazeres para além do espaço físico da sala de aula. Além disso, os baixos salários, [...] a carga horária excessiva [...] são questões que afetam [...] a vida pessoal, quanto a saúde mental dos profissionais. (PAZ, 2021, p. 2)

Não se tinha o limite estabelecido entre os gestores escolares para com os pais e professores, era como se fossem um canal de atendimento, onde tinham que estar disponíveis para escutar as queixas das famílias quanto as dificuldades dos educandos, em alguns momentos, eram advertidas, tendo que se desdobrar e mudar o plano de ensino para se manter em seus postos de trabalho, não havia vida social fora da escola.

A instituição faltou promover espaços de escutas, rodas de conversas, de acolher de fato os professores, a ter empatia, a compreender que possuem limitações, que ao menos devem ser respeitadas a saúde mental dos docentes.

Sabe-se que o profissional enfrenta situações desafiadoras no cotidiano, mas um dos maiores entraves vivenciados por essa categoria no espaço sócio-ocupacional, é ministrar uma boa aula com a falta de recursos humanos, materiais, financeiros, além das correlações de forças institucionais, salários ínfimos, que fica aquém do piso salarial estabelecido para os professores das escolas públicas, em relação ao salário dos docentes que lecionam em instituições particulares. Embora tudo isso, tenha um custo para o pagamento do piso salarial, o salário pago, é muito abaixo da média para uma profissão essencial que forma outras profissões.

Existem pessoas que se manifeste contra o reajuste, é difícil de compreender essa desvalorização profissional, quando os mesmos profissionais do mesmo ofício que elabora planos de aulas, corrige provas, se reinventou em tempos de pandemia, para repassar o conhecimento receba remuneração divergente.

A falta de reconhecimento salarial provoca um desânimo na vida dos professores, eles passam a ter conflitos internos, por não haver mudança no cenário educacional, sentindo-se sem ânimo em virtude da sobrecarga de trabalho e da desvalorização profissional. Muitos até acabam fazendo uso de ansiolíticos para se manter no mercado de trabalho, ter um mínimo de conforto e uma vida digna em uma sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo percebe-se, a importância do papel da família em parceria com as escolas e professores para o melhor desenvolvimento da criança na educação inclusiva. Como também, das leis que consolidam a efetividade com objetivo de viabilizar o acesso à escolarização das crianças e jovens que sofrem segregação no âmbito escolar.

Contudo, há desafios enfrentados no dia-a-dia que impede definitivamente a inclusão escolar para todos os que dela necessitam, principalmente a recusa dos pais no processo educativo, onde se negam aceitar a deficiência do filho, acarretando o diagnóstico tardio e muitas vezes prejudicando o processo ensino-aprendizagem.

Cabe frisar, a importância dos pais aos filhos com Necessidades Educacionais Especiais, como TDAH e os problemas de aprendizagem para que a família auxilie os filhos atípicos. Além disso, que os educadores também busquem se especializar frente a esse público ressignificando a metodologia aplicada em sala de aula para melhor desenvolver a prática de ensino dentro das instituições educacionais e assim ofertar aulas mais dinâmicas e criativas, a fim de desenvolver o protagonismo e autonomia das crianças.

Em contrapartida, ressaltamos os inúmeros desafios ao longo da profissão docente, na perspectiva do Atendimento Educacional Especializado, começando a partir da desvalorização dos profissionais da educação, com baixos salários, excessiva jornada de trabalho que provoca danos à saúde.

Isto, nos faz refletir que vivemos em uma realidade cruel onde a educação não é vista como prioridade para os governantes. Esse desprezo do grupo detentores do poder da nossa sociedade, implica uma multiplicação de profissionais desestimulados com a profissão.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **A Educação Inclusiva. Revista da Educação Especial.** 2006, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2023.

BRASIL **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 22 de abril de 2023.

_____. **Estatuto da Pessoa com deficiência.** Atualizado até julho de 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> Acesso em: 06 de maio 2023.

_____. **Lei nº 12. 764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em: 30 de abril de 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da Pessoa com Deficiência.** Portaria nº 1060, de 05 de junho de 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia> Acesso em: 12 de abril de 2023.

_____. **Anuário Brasileiro da Educação Básica.** Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf Acesso em: 15 de abril de 2023.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 13. Ed. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação; n. 175)

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado, 2012. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf Acesso em: 15 de abril de 2023.

CARDOSO, Silvia Helena. **Diferentes deficiências e seus conceitos**. Disponível em: http://www.mngo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diferentes_deficiencias_e_seus_conceitos.pdf Acesso em: 13 de abril de 2023.

CORRÊA, Patrícia Ribeiro Campos. ET al. **Os pais das crianças com deficiência: reflexões acerca da orientação em reabilitação motora**. Periódicos Eletrônicos em Psicologia, São Paulo, v.4, n. 2, p. 4. 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872002000200008. Acesso em: 05 de maio de 2023

FERREIRA, Felipe. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?** Atualizado em 03 de novembro de 2022. Disponível em: FERREIRA, Felipe. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer? Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

GOMES, Bianca. **Redes de ensino não conseguem acompanhar aumento de alunos com deficiência em sala de aula; SP e RJ têm recordes de matrículas**. Publicado em 30 de março de 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/brasil/noticia/2023/03/redes-de-ensino-nao-conseguem-acompanhar-aumento-de-alunos-com-deficiencia-em-salas-sp-e-rj-tem-recordes-de-matriculas-1.ghtml> Acesso em: 10 de abril de 2023

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo : Atlas, 5ª Ed. 2003

LYRA, Thaís. **Pesquisa revela que a saúde mental dos professores piorou em 2022**. Publicado em: 10 de outubro de 2022. Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022#:~:text=Confira%20dados%20da%20pesquisa,2022%20\(21%2C5%25\)](https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022#:~:text=Confira%20dados%20da%20pesquisa,2022%20(21%2C5%25)). Acesso em: 13 de abril de 2023.

MORAGAS, Junqueira Vicente. **Qual a definição de pessoa com deficiência?**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/qual-e-a-definicao-de-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em 30 de abril de 2023

PAZ, Eduarda. **Ser professor na pandemia: impactos na saúde mental**. Revista Arco. Publicado em: 17 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/saude-mental-professores-pandemia> Acesso em: 05 de março de 2023.

PRIETO, R. G. (2005). **Inclusão escolar**: algumas considerações sobre o conceito e suas implicações. In A. M. Machado, et al. (Org.), **Psicologia e Direitos Humanos: Educação inclusiva, direitos humanos na escola** (pp. 99-105). São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

REIS, G.V. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)**: Doença ou apenas rótulo? Disponível em: [file:///C:/Users/Helena/Downloads/susy,+253-710-1-CE%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/Helena/Downloads/susy,+253-710-1-CE%20(10).pdf) . Acesso em: 17/04/2023.

SOUZA, Joelma. **6 dicas para garantir a inclusão na escola**. Postado em: 17 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.ngime.ufjf.br/6-dicas-para-uma-boa-inclusao-escolar> Acesso em: 11 de abril de 2023